

Ter o apoio do 'juiz' é fundamental

BRASÍLIA — Tão importante quanto ter bancada presente em plenário ou conhecer as manhas do Regimento do Congresso, é conseguir o apoio do Presidente da sessão. É ele quem dita as regras do jogo, interpretando o Regimento. Como o juiz de futebol, sua decisão é irrecorrível dentro de campo, mesmo se todos virem que o gol foi feito com a mão. Assim se explica a cena da semana passada, na votação da Medida Provisória 184: a Oposição aplaudia o Senador Iram Saraiva (PDT-GO), enquanto os aliados do Governo queriam que o Senador Nelson Carneiro assumisse o comando da sessão.

Num canto do plenário, Ulysses Guimarães, que já presidiu a Câmara duas vezes e comandou as votações da Constituinte, comentava com o Deputado Ricardo Fiúza:

— Nunca deixei de sentir o estado psicológico do plenário. Às vezes, uma decisão, vai ao arrepio do Regimento, mas é a melhor solução para que a sessão transcorra sem traumas.

O comentário foi feito porque o Deputado José Lourenço subiu à Mesa e quebrou o microfone, arrancando-o da mão de Iram. Os gover-

nistas alegam que na votação da 184 Iram deixou que ela se estendesse por mais de uma hora, até dar o quorum esperado pela Oposição.

Nelson não fica fora das críticas. Os oposicionistas lhe atribuem a vitória do Governo na votação no Senado da Medida 185. Nelson já tinha dito "não houve quorum", o que encerraria a votação, mas ele permitiu o voto de Marco Maciel, frustrando a manobra da Oposição.

O caso mais célebre da importância da atuação de um Presidente envolveu Nilo Coelho. Na votação do Decreto-Lei 2.045, que impunha perdas salariais no Governo Figueiredo, ele não acolheu questão de ordem levantada pelo Deputado Ricardo Fiúza, pela qual a sessão deveria ser suspensão por falta de quorum. Depois de grandes tumultos e de suspensão que durou horas — sessão interrompida para negociações — Nilo apareceu no plenário e proclamou, para desespero dos governistas: "Não sou Presidente do PDS. Sou Presidente do Congresso Nacional. Não freqüento cafuas, nem vãos de escada". A sessão foi mantida e a Oposição, com a ajuda de alguns votos do PDS, rejeitou o decreto-lei.